



ACÓRDÃO Nº 53/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1752/2012.

Apenso: Processo nº 2093/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Central de Medicamentos do Amazonas – CEMA.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. José Duarte dos Santos Filho, Secretário Executivo, à época.

6- Advogado: Dra. Katiuscia Raika da Câmara Elias – OAB/AM nº 5225.

7- Unidade Técnica: DICAD/AM.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 02EX/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 1781/1782v).

9- Relator: Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Central de Medicamentos do Amazonas – CEMA. Exercício de 2011.

*Irregularidade. Alcance. Prazo. Multa.
Determinação. Recomendação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1- Á unanimidade, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator:

10.1.1-Julgar Irregular a Prestação de Contas da Central de Medicamentos do Amazonas – CEMA, referente ao exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. José Duarte dos Santos Filho, Ordenador de Despesas da CEMA e Secretário Executivo da SUSAM, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei Estadual nº 2.423/96, em decorrência de graves infrações à norma legal, conforme demonstram as



ACÓRDÃO Nº 53/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

irregularidades “8”, “9”, “10”, “14”, “15” e “17” (item 2 do Relatório da Proposta de Voto), além das situações expostas nos Relatórios nºs 84/2016, 50/2017 e 259/2017 (aquisição das Endopróteses);

10.1.2-Declarar em Alcance, solidariamente, o **Sr. Pedro Elias de Souza**, diretor à época do Hospital Universitário Francisca Mendes e o **Sr. José Duarte dos Santos Filho**, ex-Ordenador de Despesas da Central de Medicamentos do Amazonas, exercício 2011, no valor de **R\$ 3.023.119,98 (três milhões, vinte e três mil, cento e dezenove reais e noventa e oito centavos)**, nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE/AM, em virtude de dos prejuízos causados aos cofres públicos por comprar e não utilizar as endopróteses das marcas E-vita e LeMaitte;

10.1.3-Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do Ofício de comunicação do Acórdão, para que a Responsável comprove, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro do Estado do montante declarado em alcance, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei n. 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei estadual nº 2.423/96);

10.1.4-Determinar à Origem, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- a) observe o preenchimento completo dos dados no Sistema ACP, nos termos da Resolução 10-/TCE/AM;
- b) não impeça o livre exercício das inspeções, mantendo, assim, toda a documentação na unidade da CEMA;
- c) observe que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas Contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM;

10.1.5-Recomendar à Origem, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:



ACÓRDÃO Nº 53/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- a) nos casos previstos no art. 62 da Lei federal nº 8.666/93, quando substituir o contrato por outros instrumentos hábeis, atente para que sejam incluídos no instrumento, no que couber, as cláusulas a que se refere o art. 55 da aludida Lei, conforme estabelecido no §2º do art. 62 dessa norma legal;
- b) envide esforços no sentido de ter um plano de emergência para suprir eventual necessidade emergencial de estoque;

10.1.6- Determinar à CGE que emita o Parecer nas Prestações de Contas dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Amazonas, inclusive com o necessário certificado de Auditoria, conforme disposto no inciso I do art. 2º, c/c a alínea “a” do art. 5º, todos da Resolução 5/1990-TCE/AM.

10.2- Por maioria de acordo com Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva:

10.2.1 - aplicar ao **Sr. José Duarte dos Santos Filho**, Ordenador de Despesas da CEMA, exercício de 2011:

a) **A multa** prevista na alínea “a” do inciso I do art. 308 do R/TCE-AM, c/c o art. 2º da Resolução n. 1/2009-TCE, no valor de **R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos)**, em razão do não-atendimento, no prazo fixado, à diligência do Tribunal, conforme evidencia o questionamento “19” (item 2 do Relatório/Voto);

b) **A multa** prevista na alínea “a” do inciso V do art. 308 do R/TCE-AM c/c o art. 2º da Resolução n. 1/2009-TCE, no valor de **R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, em razão de graves infrações à norma legal, conforme evidenciam as irregularidades “8”, “9”, “10”, “14”, “15” e “17” (item 2 do Relatório/Voto), além das situações expostas nos relatórios 84/2016, 50/2017 e 259/2017 (aquisição das Endopróteses);

10.2.2 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor relativo às multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei n. 2.423/96 c/c § 4º do art. 174 do R/TCE-AM, corrigido monetariamente, caso o valor recolhido ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei nº 2.423/96);



ACÓRDÃO Nº 53/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.3 - Remeter os autos à **DICREX** para que efetue a cobrança executiva administrativa e, não obtendo êxito, adote os procedimentos necessários para a cobrança executiva judicial, observando os arts. 3º e 5º da Resolução 3/2011-TCE;

Vencidos o Relator quanto aos valores das multas aplicadas, e o Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, que neste ponto votou acompanhando o Relator.

11. Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12. Data da Sessão: 08 de fevereiro de 2018.

13. Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14. Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado e Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral